

# REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA: AS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES.

Jussara Hilario dos Santos, André Luiz da Motta Silva, Anderson Martins Correa,  
jussara.santos@ifms.edu.br, andre.silva@ifms.edu.br, anderson.correa@ifms.edu.br

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

V Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2025

**Resumo.** Este artigo analisa a criação e o funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) no Brasil, marco inicial da institucionalização da educação profissional como política pública no início do século XX. O objetivo geral é refletir criticamente sobre a educação profissional no início do século XX, com foco na criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), e compreender por que tais instituições não conseguiram se consolidar, entrando em declínio já na década de 1930. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em fontes documentais, bibliográficas e imagéticas, investiga-se o contexto histórico, social e político que moldou essas instituições. Discute-se a dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro, que separa a formação técnica da acadêmica, e o papel das EAA como instrumentos de controle social e disciplinamento das classes populares. A fotografia analisada complementa as fontes textuais, evidenciando as contradições desse projeto educacional, que priorizou interesses locais e reforçou desigualdades sociais. O estudo contribui para o entendimento dos desafios históricos da educação profissional no país, como a manutenção das desigualdades sociais por meio de uma educação dualista, e aponta para a necessidade de políticas públicas inclusivas e emancipatórias.

**Palavras-Chave.** História, Memória, Educação Profissional.

**Resumen.** Este artículo analiza la creación y el funcionamiento de las Escuelas de Aprendices Artífices (EAA) en Brasil, hito inicial de la institucionalización de la educación profesional como política pública a comienzos del siglo XX. El objetivo general es reflexionar críticamente sobre la educación profesional en el inicio del siglo XX, con énfasis en la creación de las Escuelas de Aprendices Artífices (EAA), y comprender por qué tales instituciones no lograron consolidarse, entrando en declive ya en la década de 1930. A partir de un enfoque cualitativo, fundamentado en fuentes documentales, bibliográficas e imagéticas, se investiga el contexto histórico, social y político que moldeó estas instituciones. Se discute la dualidad estructural del sistema educativo brasileño, que separa

*la formación técnica de la académica, y el papel de las EAA como instrumentos de control social y disciplinamiento de las clases populares. La fotografía analizada complementa las fuentes textuales, evidenciando las contradicciones de este proyecto educativo, que priorizó intereses locales y reforzó desigualdades sociales. El estudio contribuye a la comprensión de los desafíos históricos de la educación profesional en el país, como el mantenimiento de las desigualdades sociales a través de una educación dualista, y señala la necesidad de políticas públicas inclusivas y emancipadoras.*

**Palabras clave.** *Historia, Memoria, Educación Profesional.*

## 1. Considerações iniciais

O estudo da educação profissional e das instituições de ensino tem ganhado espaço relativamente recente na historiografia da educação brasileira. Como destacam Nosella e Buffa (2018), as escolas voltadas à formação para o trabalho ainda são pouco representadas nos estudos sobre instituições escolares no campo da história da educação. É nesse contexto que, no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), temos desenvolvido investigações voltadas à compreensão dessa lacuna. A proposta é revisitar o passado como forma de entender como a sociedade brasileira construiu e transformou sua relação com a formação profissional, sobretudo enquanto política pública de Estado. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo geral refletir criticamente sobre a educação profissional no início do século XX, com foco na criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA). Busca-se descrever os contextos históricos de formulação das políticas públicas que deram origem à Rede de Educação Profissional brasileira e compreender por que tais instituições não conseguiram se consolidar, entrando em declínio já na década de 1930. Parte-se da análise dos contextos sociopolíticos e históricos que moldaram essa política educacional inaugural, por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada em fontes bibliográficas e imagéticas. Nessa análise, conceitos como a dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro (que separa historicamente a formação técnica da formação acadêmica) e o papel ideológico das EAA como instrumentos de controle e disciplinamento das classes trabalhadoras serão mobilizados de forma transversal ao longo do texto, fortalecendo a coerência da argumentação.

Para aprofundar a compreensão do objeto de estudo, torna-se necessário apresentar os elementos contextuais que antecederam a criação das EAA, considerando o cenário

histórico, social e político da época. A comparação com os modelos de educação profissional já existentes antes de 1909 permite evidenciar as rupturas e permanências que caracterizam esse processo de institucionalização da formação profissional no Brasil.

A partir desse percurso histórico, algumas questões orientam a análise: as Escolas de Aprendizes Artífices conseguiram, de fato, cumprir sua proposta formadora por meio do ensino de ofícios? E, sobretudo, por que essas instituições não se consolidaram como política educacional duradoura no país? Refletir sobre essas questões permite lançar luz não apenas sobre o passado, mas também sobre os desafios contemporâneos da educação profissional, especialmente no que tange à sua função social, sua vinculação às demandas do mercado e sua inserção na estrutura educacional brasileira.

## 2. Metodologia

Para a investigação e reflexão acerca do objeto de pesquisa, foram utilizadas fontes documentais e bibliográficas. No âmbito da investigação historiográfica, a análise de documentos oficiais do Estado brasileiro relacionados ao tema concentrou-se em materiais produzidos entre o final do século XIX e o início do século XX. Entre as fontes selecionadas para discussão, incluem-se fragmentos da lei de criação das EAA e uma fotografia. A bibliografia consultada, em sua maioria, abrange o período de 1990 a 2020, com a exceção da obra clássica *História e Memória*, de Jacques Le Goff, publicada pela primeira vez em 1924. A análise qualitativa das fontes contou com procedimentos de análise interna e externa de documentos, conforme proposto por Le Goff (1990), e de análise semiótica de imagens, com base na teoria de Mauad (1996).

Essa abordagem qualitativa é fundamentada na concepção apresentada por Chizzotti (2014), segundo a qual a pesquisa qualitativa constitui um processo de investigação voltado à compreensão dos sentidos atribuídos às experiências humanas e à forma como se manifestam nos contextos sociais e culturais. Diferentemente de estudos centrados exclusivamente em categorias ou dados numéricos, essa perspectiva prioriza significados e narrativas resultantes da interação entre o pesquisador e o objeto investigado. Nesse sentido, a definição clara do que se entende por documento é etapa indispensável da análise. Conforme argumenta Le Goff (1990), o documento não é apenas um vestígio passivo do passado, mas um produto social elaborado segundo as relações de poder vigentes. Assim,

somente a análise do documento enquanto monumento permite que a memória coletiva o recupere e que o historiador o utilize cientificamente.

A partir dessa concepção, Le Goff (1990) diferencia história e memória: enquanto a primeira busca compreender e explicar o passado a partir de métodos sistemáticos e críticos, a segunda mantém uma relação mais direta com a subjetividade e com o contexto social, sendo moldada por narrativas dominantes e interesses políticos. Para o autor, a análise de um documento-monumento exige a articulação de múltiplas perspectivas — sociais, políticas, jurídicas, culturais e econômicas —, pois não é possível desvincular o documento do conjunto de monumentos de que faz parte.

Essa compreensão também se aplica à análise das fontes imagéticas. A partir das reflexões de Le Goff (1990) e Mauad (1996), a fotografia pode ser compreendida simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. Enquanto documento, preserva materialidades do passado, revelando aspectos como condições de vida, infraestrutura urbana e contextos de trabalho. Enquanto monumento, adquire caráter simbólico, representando o que uma sociedade escolheu eternizar para as gerações futuras. Nesse sentido, toda fotografia, ao mesmo tempo em que transmite informações, constrói uma visão de mundo específica. A partir desta perspectiva, o uso da fotografia como fonte, vestígio da realidade, na composição do conhecimento histórico, “é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente” (Mauad, 1996, p. 79).

O uso de fontes imagéticas no campo da história da educação, portanto, não substitui, mas complementa as fontes escritas. Ao oferecer novas perspectivas sobre a práxis escolar, sobre a efetividade das políticas públicas educacionais e sobre o olhar de quem registra um recorte social, as imagens permitem lançar um novo olhar sobre o passado. Nessa direção, sua utilização neste estudo busca compreender como a sociedade brasileira construiu e transformou, ao longo do tempo, sua relação com a formação profissional ofertada pelo Estado.

### 3. Resultados e discussão

Antes de se tornar uma rede em consolidação, com a criação dos Institutos Federais em 2008, a educação profissional brasileira passou por diversas transformações. Uma das

mais importantes, e apresentada neste artigo, é a efetivação da educação profissional no Brasil como política pública de Estado, o que aconteceu em 1909 com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices.

Quando as Escolas de Aprendizes Artífices foram criadas pelo Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, haviam se passado apenas doze anos da abolição da escravidão no Brasil, e onze anos da proclamação do regime republicano. O país recém caminhava por um novo regime político-administrativo federalista, onde os Estados da nação conferiam poder e autonomia em relação ao governo federal. Além do regime federalista, mediante acordos, cada estado também passou a ter um grupo político poderoso, que influenciaria as ações do governo e os votos da região, chamadas oligarquias. Os grandes fazendeiros haviam perdido sua grande mão de obra escrava, sem nenhum tipo de indenização pela monarquia (regime que durou até 1889), e tiveram, nas oligarquias, a chance de exercer seu poder baseado no capital e na influência política junto ao governo de cada estado.

Os ideais republicanos de desenvolvimento da nação brasileira, aliados à influência das oligarquias, influíram diretamente na criação das Escolas de Aprendizes Artífices. Com o novo regime político, foi criado o ministério que, mais tarde, seria responsável pelas EAA: o ministério da agricultura e comércio, posteriormente denominado Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio em 1906, e Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1909. Para movimentar a economia nacional novamente, era necessário mão de obra qualificada. Desta forma, as EAA seriam utilizadas para cumprir um dos “primeiros deveres do Governo da República”, que seria “formar cidadãos úteis à nação” (Brasil, 1909). Desta forma, foi criada uma rede de educação profissional não só para qualificar a mão de obra que trabalharia na crescente industrialização do país, mas também como forma de controle social e moeda de troca das oligarquias. Para efetivar este projeto educacional civilizatório, as EAA formariam no ensino primário operários e contra-mestres, “ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício” (Brasil, 1909).

O Decreto 7.566, assinado pelo então presidente do país, Nilo Peçanha, criou dezenove Escolas, em todos os estados brasileiros, exceto no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Esses estados já possuíam escolas de formação semelhantes. Os cursos oferecidos dependiam dos interesses de qualificação de cada Estado da República, sendo orientado, sempre que possível, consulta às especialidades das indústrias locais. Conforme o Decreto,

o público-alvo das EAA eram os “desfavorecidos da fortuna”, com idade de no mínimo 10 anos, e de 13 anos no máximo, que não sofressem de moléstia infecto-contagiosa, nem deficiências que impossibilitassem o aprendizado do ofício. Os candidatos fariam apenas um curso, na qual seria escolhido de acordo com sua aptidão, possivelmente observada pelos mestres.

Antes de 1909, a educação profissional, voltada ao aprendizado de ofícios, já existia no país, a exemplo do ensino Salesiano e do Liceu da cidade de São Paulo, instituições que influenciaram fortemente na criação das EAA no início do século vinte. Estas instituições diferiam enquanto administração e objetivos educacionais: enquanto as escolas salesianas confessionais focaram no ensino secundário particular, tendo o ensino primário e de ofícios gratuito sem tanto destaque, o Liceu de São Paulo foi financiado pela classe burguesa paulista (principalmente a do café), com vistas à modernização e formação de mão de obra qualificada para atuar na crescente industrialização da região sudeste, por meio do ensino primário e de ofícios.

Se as escolas de ensino técnico existentes no fim do século dezenove eram financiadas pela iniciativa privada, ~~as EAA, em sua lei de criação, estabelecias EAA, em sua lei de criação, estabeleciam~~ que seu financiamento seria realizado pela União. No entanto, estes três modelos de ensino poderiam também se sustentar financeiramente por meio da venda dos artefatos produzidos por seus estudantes. No caso das EAA, foi a venda destes artefatos que contribuiu com sua manutenção de forma substancial, e contribuiu para uma pequena “industrialização” destas escolas. O ensino de ofícios às crianças e jovens mais pobres foi o modelo compartilhado entre as escolas Salesianas e as EAA. Já o Liceu de São Paulo, incluiu o ensino noturno a homens adultos.

Assim como a educação da classe burguesa, o modelo de educação profissional brasileira traz sua origem na educação européia. Manacorda (1992) destaca que a educação profissional na Europa surgiu em meio a um contexto de intensas transformações sociais e econômicas, impulsionado pela Revolução Industrial. Diante das novas exigências da indústria, tornou-se necessário formar uma mão de obra qualificada, o que levou à criação de escolas técnicas e profissionais.

No entanto, esse modelo se consolidou dentro de uma lógica de divisão social do trabalho, refletida também no campo educacional: de um lado, uma educação de caráter humanista e teórico, destinada às elites; de outro, uma educação técnica e prática, voltada à

formação dos trabalhadores. Ao ser implantada no Brasil, essa estrutura foi incorporada sem uma análise crítica, mantendo o mesmo padrão dualista. Assim, consolidou-se uma educação voltada à formação geral e acadêmica para as classes privilegiadas, enquanto as camadas populares ficaram restritas a uma formação técnica limitada, orientada principalmente para a inserção rápida no mercado de trabalho. Essa lógica acabou reproduzindo desigualdades sociais e fortalecendo um modelo educacional excludente, que priorizou as demandas do mercado em detrimento de uma formação humana ampla. A autora Guimarães (2020), corrobora com a crítica a este modelo de educação:

Isso mostra como aquilo que virá a ser chamado de Educação Profissional já nasce, no Brasil, como um caminho para diferenciar a educação de acordo com a origem social. O pano de fundo é a naturalização da ideia de que os mais abastados podem receber uma formação básica, que lhes permita inclusive chegar ao ensino superior, enquanto aos mais pobres basta uma formação que acelere a sua entrada no mercado de trabalho. A esse processo, os pesquisadores costumam chamar de “dualidade estrutural” na educação (Guimarães, 2020, p. 25).

Essa dualidade estrutural da educação no Brasil, com inspiração europeia, foi historicamente utilizada para atender aos interesses econômicos e comerciais decorrentes do desenvolvimento nacional, do aumento populacional e da acumulação de capital pelos grandes proprietários rurais. Ademais, o ensino de ofícios e trabalhos manuais refletia a cultura escravista e burguesa, segundo a qual aqueles que exerciam tais funções pertenciam a camadas sociais consideradas inferiores, herança que remonta principalmente ao período colonial e escravocrata.

No contexto dessa estrutura, a análise documental do decreto que instituiu as Escolas de Aprendizizes Artífices (EAA), especialmente em seu preâmbulo, evidencia a influência dos ideais republicanos de progresso e da construção do “cidadão brasileiro”. Tal documento enfatiza a finalidade de educar e civilizar por meio de uma educação voltada para o trabalho, entendida como uma atividade que deveria ser “útil à nação” naquele momento histórico.

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação, decreta [que] em cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio uma Escola de Aprendizizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário e gratuito (Brasil, 1909).

Comentado [1]: Retirar o espaçamento antes e depois do parágrafo.

Comentado [2R1]: ok

O preâmbulo indica como dever da república federativa brasileira “formar cidadãos úteis à nação”. Tal utilidade se verifica no ensino de ofícios oferecidos pelas EAA que, num primeiro momento, se atentou muito mais a atender os interesses locais das oligarquias, do que oferecer real preparo para mediante o ensino técnico, visto as condições precárias que estas escolas eram mantidas em seus primeiros anos de existência. Sendo assim, a utilidade desses cidadãos à nação se daria em atender a mão de obra agrária, comercial e industrial, mesmo que a maioria das EAA estivessem longe dos grandes centros comerciais e industriais.

Os ofícios ensinados nas EAA eram em sua maioria oficinas voltadas para o artesanato de interesse local e poucas de emprego manufatureiro ou industrial.

A maioria absoluta das escolas ensinava alfaiataria, sapataria e marcenaria. Outros ofícios eram ensinados em um número menor de escolas, predominando os de emprego artesanal como a carpintaria, a ferraria, a funilaria, a selaria, a encadernação e outros. Poucas foram as oficinas destinadas ao ensino de ofícios propriamente industriais, de emprego generalizado como mecânica, tornearia e eletricidade (Cunha, 2000, p. 71).

O intuito de preparar mão de obra para a crescente industrialização não logrou êxito, na maioria destas escolas. Outra motivação foi a falta de infraestrutura e financiamento. Muitas oficinas ocorriam em prédios mal estruturados. O dinheiro enviado pela União e o que as escolas conseguiam com as vendas de seus artefatos eram insuficientes. A evasão também era um problema. Os cursos tinham a duração de quatro anos e seis horas diárias até 1926. Para crianças que até então nunca haviam frequentado uma escola, pressupõe-se que o tempo dedicado ao aprendizado de um ofício, era o mesmo tempo que elas estariam contribuindo com a família em trabalhos que ~~conferiam-lhes~~ conferiam subsistência.

Esse contexto deve ser compreendido à luz do fim do regime escravagista. Índícios documentais e fotográficos mostraram que os negros eram a esmagadora maioria entre os “desprovidos de fortuna”. Das imagens analisadas, utilizando o método semiótico de Mauad (1996), pode-se aferir muitos estudantes negros, principalmente na região norte e nordeste, conforme a Foto 01. Os achados da fotografia complementam as fontes escritas, mostrando detalhes igualmente importantes, que não são explorados nas fontes textuais.

**Foto 01 - Oficina de Carpintaria da Escola de Aprendizes Artífices do Pará, 1927.**



**Fonte: Cunha, 2000, p. 114.**

A fotografia em análise, datada de 1927, registra o interior de uma oficina de carpintaria pertencente à Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Pará, uma das instituições criadas a partir do Decreto nº 7.566/1909. A imagem apresenta jovens alunos em atividade ou em posição de atenção, além de um adulto em traje formal, que possivelmente seja o instrutor ou diretor da escola. O ambiente fechado, com janelas ao fundo permitindo entrada de luz natural, remete a uma atmosfera de trabalho e aprendizagem prática, centrada nos ofícios manuais.

Do ponto de vista estético, a composição fotográfica destaca a profundidade do espaço por meio do posicionamento das bancadas de carpintaria em perspectiva, conduzindo o olhar do observador para o fundo da sala. O uso do preto e branco, típico da tecnologia fotográfica da época, acentua o contraste entre luz e sombra, especialmente na parte posterior do cômodo, onde a luz que atravessa a janela ilumina parcialmente os rostos dos estudantes. A iluminação natural é a principal fonte de luz da cena, e a captura sugere um tempo de exposição relativamente longo, o que explica a presença de desfoque em alguns rostos em movimento, especialmente das crianças à frente, que evidenciam o dinamismo e a espontaneidade da cena. A imagem é documental, revelando preocupação em registrar o cotidiano escolar de forma ampla, abrangendo não apenas a ação dos aprendizes, mas também a disposição dos instrumentos, a arquitetura do espaço e o mobiliário pedagógico.

Sob uma perspectiva crítica, a imagem ganha densidade ao ser compreendida dentro do contexto social, político e econômico do Brasil da Primeira República. Produzida quatro décadas após a abolição da escravidão e durante um período de afirmação da República oligárquica, a fotografia revela traços significativos da estrutura social brasileira. A presença marcante de jovens negros e mestiços na sala é indicativa do perfil social atendido por essas escolas: crianças e adolescentes oriundos das classes populares, historicamente excluídas do sistema educacional formal.

As Escolas de Aprendizes Artífices, ainda que representassem um avanço ao oferecer alguma forma de educação para esses sujeitos, também reproduziam uma lógica de formação profissional voltada à preparação da força de trabalho. O ensino era prático, voltado aos ofícios manuais, e não ao desenvolvimento intelectual pleno, o que reforçava a dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro. Além disso, o ambiente disciplinado e o foco na instrução técnica apontam para a função social dessas instituições como mecanismos de controle, moralização e integração subordinada da juventude pobre ao mercado de trabalho urbano.

A fotografia não apenas documenta uma oficina de carpintaria, mas também evidencia as contradições de um projeto educacional limitado, destinado a manter a ordem social vigente. A imagem nos remete a ~~uma~~ uma pedagogia que se centra na reprodução do modelo imposto, ao mesmo tempo em que ilustra o início da institucionalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Esta manutenção da ordem social vigente era primordial para o controle social da população pobre, maioria negra, entre dez e quatorze anos, por meio de uma educação pautada nos saberes básicos, na moral, e no trabalho manual que, com o começo da industrialização, foi cada vez mais estigmatizado como “trabalho de escravo”, esteve presente em toda existência das EAA. Cunha (2020) diz que:

O trabalho manual passava, então, a ser ‘coisa de escravos’ ou da ‘repartição de negros’ e, por uma inversão ideológica, os ofícios mecânicos passavam a ser desprezados, como se houvesse algo de essencialmente aviltante no trabalho manual (Cunha, 2020, p.25).

Portanto, neste modelo de educação profissional podemos apontar as EAA também como componente de uma aparelhagem ideológica de Estado. Além da inclinação aos trabalhos manuais, disciplinas como “instrução moral e cívica”, poderiam ser utilizadas

como meio da propagação da ideologia republicana de “servir à nação” desde a infância, em detrimento de um olhar real para as relações de poder propagadas na sociedade da época. Althusser (1987), aponta a ideologia como meio de transformação social, mas também como meio de conservação social. Esta conservação, neste caso, está pautada na manutenção das desigualdades sociais e na impossibilidade do indivíduo ascender socialmente por meio de uma educação emancipatória.

Comentado [3]: 6 cm.  
Ok.

## 5. Considerações finais

A análise da criação e funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) revela a complexidade da institucionalização da educação profissional no Brasil durante o início do século XX, marcada por contradições e limitações inerentes ao contexto sociopolítico da Primeira República. Embora as EAA tenham representado um avanço ao inovar e oferecer o primeiro modelo de educação nacional em rede, e formação profissional para as camadas populares, sobretudo para jovens negros e pardos, historicamente marginalizados do sistema educacional formal, elas permaneceram subordinadas a uma lógica de controle social e reprodução das desigualdades estruturais.

A dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro, evidenciada pela separação entre a formação técnica, destinada às classes populares, e a formação acadêmica, reservada às elites, consolidou-se nesse período como instrumento para a manutenção da ordem social vigente. As EAA foram projetadas não apenas para preparar mão de obra para a industrialização emergente, mas também para cumprir uma função ideológica de disciplinamento e moralização da juventude proletária, alinhada aos interesses das oligarquias locais e do Estado republicano. Além disso, as condições precárias de infraestrutura, o financiamento insuficiente e a evasão escolar limitaram o alcance e a efetividade dessas instituições, contribuindo para seu declínio nas décadas seguintes. As fontes documentais e imagéticas analisadas, particularmente a fotografia da oficina de carpintaria, permitem visualizar concretamente essa realidade, revelando tanto o potencial emancipatório quanto às contradições do projeto educacional das EAA.

Portanto, compreender a trajetória das Escolas de Aprendizes Artífices é fundamental para refletir sobre os desafios históricos e contemporâneos da educação profissional no Brasil, em especial no que concerne à sua função social, à persistência das

desigualdades educacionais e à necessidade de uma política pública que promova uma formação crítica, inclusiva e emancipatória para todos.

Comentado [4]: Não entendi bem, mas acho que está ok.

## 6. Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed<sup>a</sup>-edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

Formatado: Justificado

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 04 de junho de 2022.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. **Onde o trabalho e a educação se encontram**. [Entrevista cedida a] Cátia Guimarães. Revista POLI: saúde, educação e trabalho. Ano XII - Nº 68, p. 22-25, jan./fev. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Cadernos de pesquisa: pensamento educacional, v. 3, n. 5, p. 13-31, 30 out. 2018.